

## **Possibilidades de mobilização subjetiva de estagiárias-clínicas no processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho**

Graziele Alves Amaral<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Jataí  
Jataí-Brasil

Helen Shirley Maria Gaspar da Silva<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Jataí  
Jataí-Brasil

**Resumo:** Com base no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, a presente pesquisa teve como objetivo verificar as possibilidades de mobilização subjetiva de estagiárias que atuaram na escuta clínica do sofrimento no trabalho de profissionais da saúde. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas e os dados submetidos à análise de conteúdo. O recorte foi um estágio em Clínica do Trabalho desenvolvido em um Serviço-Escola de Psicologia e o foco do estudo foi a vivência das estagiárias envolvidas nessa clínica. Os resultados mostraram que o trabalho de escuta das estagiárias-clínicas possibilitou o uso da inteligência prática, a constituição da supervisão como um espaço público de fala, o reconhecimento e a cooperação, o que contribuiu para que houvesse mobilização subjetiva. O estágio possibilitou que as estagiárias pudessem vivenciar as dificuldades do real do trabalho clínico, ao mesmo tempo em que experimentaram o sentimento de utilidade do seu trabalho de escuta, além de terem se sentido reconhecidas pelos coletivos de trabalhadores atendidos, pelos colegas e pela supervisora, potencializando sua segurança pessoal. Escutar o sofrimento no trabalho foi uma oportunidade de vivenciar a relação entre o individual e o social, permitindo o contato com diversos saberes e fazeres. Os Serviços-Escola, por meio do atendimento a diferentes públicos, podem oportunizar a vivência dos estágios para além do modelo tecnicista de aplicação de métodos e técnicas aprendidos em sala de aula e levar a uma atuação mais comprometida socialmente.

**Palavras-chave:** Psicodinâmica do Trabalho. Mobilização Subjetiva. Estagiário de Psicologia.

## **Possibilities of subjective mobilization of clinical-interns in the clinical listening process of work suffering**

**Abstract:** Based on the theoretical reference of Psychodynamics at Work, the present research aimed to verify the possibilities of subjective mobilization of interns who worked in the clinical listening of the suffering at work of health professionals. Five semi-structured interviews were carried out and the data were submitted to content analysis. The snippet was an internship in Work Clinic developed in a Psychology Service-School and the focus of the study was the experience of the interns involved in this clinic. The results showed that the listening work of clinical interns enabled the use of practical intelligence, the constitution of supervision as a public space for speech, recognition and cooperation, which contributed to subjective mobilization. The internship made it possible for the interns to experience the difficulties of the real clinical work, at the same time that they experienced the feeling of usefulness of their listening work, in addition to feeling recognized by the collectives of workers served, by colleagues and by the supervisor, enhancing

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UNB), professora adjunta na UFJ - Universidade Federal de Jataí (Unidade Acadêmica de Ciências Humanas e Letras). Endereço: BR 364, km 195, nº 3800 / Jataí. E-mail: graziele\_alves\_amaral@ufg.br.

<sup>2</sup> Psicóloga pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). E-mail: helenshirley@hotmail.com.

**your personal security. Listening of the suffering at work was an opportunity to experience the relationship between the individual and the social, allowing the contact with different knowledges and practices. The Service-School, by serving different audiences, can provide the experience of internships beyond the technical model of applying methods and techniques learned in the classroom and lead to a more socially committed performance.**

**Keywords: Work Psychodynamics. Subjective Mobilization. Psychology Intern.**

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de formação em Psicologia passa pelos campos de estágio, cuja relevância se manifesta por possibilitar ao psicólogo em formação o exercício prático de sua profissão. Os Serviços-Escola de Psicologia, originados a partir da regulamentação da profissão de psicólogo, têm como finalidade principal atender às necessidades da formação, proporcionando campo para a prática de intervenções psicológicas e também beneficiam a comunidade com tais atendimentos. Sendo um espaço de aplicação, na prática, das técnicas e dispositivos da Psicologia, esses serviços usualmente se encontram ligados às universidades e, com isso, procuram atender à sua tripla função: ensino, pesquisa e extensão (SEI *et al.*, 2019).

Porém, essa formação muitas vezes está aquém das necessidades sociais da população, fazendo com que a própria utilidade da profissão seja questionada. Desse modo, pensar em uma formação sintonizada com as demandas sociais pode ajudar os profissionais psicólogos a responderem ao que o ensino tecnicista não conseguiria abarcar (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007). É nesse sentido que as autoras defendem os Serviços-Escola de Psicologia como um ponto de interseção entre a formação e o exercício profissional de modo a articular a produção do conhecimento científico, a demanda social e o compromisso com a formação.

Considerando essa perspectiva mais ampla dos Serviços-Escolas, pode-se pensar no atendimento a demandas de trabalhadores como uma escuta que inclui uma parcela considerável da sociedade, cujo sofrimento é negado e desconsiderado nos ambientes de trabalho. No âmbito da saúde do trabalhador, há que se considerar o adoecimento mental como a terceira causa de afastamentos do trabalho (DUARTE, 2018). Constata-se, também o aumento alarmante dos casos de assédio moral no trabalho (HELOANI; BARRETO, 2018), além de suicídios ligados ao trabalho (DEJOURS, 2017). Esses dados revelam algumas dimensões do sofrimento no trabalho, sendo a escuta desse sofrimento um serviço especializado de fundamental importância a ser oferecido para a sociedade.

Os novos modelos de gestão, pautados na acumulação flexível, trouxeram consigo a exacerbação da racionalidade e o desejo de controlar e objetivar ao máximo o trabalho e outras esferas da vida humana, o que tem gerado, como consequência, patologias sociais com sintomas como violência, solidão, assédio moral, culto ao narcisismo, hiper aceleração, sobrecarga e depressão (MENDES, 2008). Esse cenário atinge trabalhadores de todas as classes, de instituições públicas e privadas, elevando os índices de adoecimento no trabalho. Mas, se por um lado,

observa-se a dimensão dos aspectos ligados ao sofrimento no trabalho, por outro lado, a escuta desse sofrimento é negligenciada na formação em Psicologia.

Considerando esse cenário, esse estudo busca articular essa formação e a clínica do trabalho a partir das vivências de estagiárias de Psicologia que atuaram em um serviço de escuta clínica do sofrimento no trabalho. Parte-se dos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), abordagem criada por Christophe Dejours na França nos anos de 1980, que busca analisar as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação. Segundo definição de Dejours (2012), a Psicodinâmica do Trabalho é uma disciplina clínica que procura descrever as relações entre trabalho e saúde mental a partir da escuta do coletivo dos trabalhadores; e é também uma disciplina teórica que busca inscrever os resultados da pesquisa clínica em uma teoria do sujeito que contemple a psicanálise e a teoria social. Como se trata de uma escuta que possui suas especificidades metodológicas e teóricas, exige um preparo para que os estagiários possam estar aptos a realizá-la.

Para a PdT, a relação do sujeito com o trabalho influencia a vida mental e a formação de sua subjetividade; assim, o trabalho estaria intimamente ligado ao processo dinâmico de construção identitária (FACAS; SILVA; ARAÚJO, 2013). O conceito de trabalho refere-se ao que o trabalhador acrescenta de si mesmo na realização das atividades, por meio de gestos, do engajamento do corpo e da subjetividade para refletir, interpretar e mobilizar-se diante das situações laborais. Esse processo se dá por meio do enfretamento do real do trabalho, que é permeado por incidentes, incoerências e panes que ocorrem apesar dos prescritos, regras e normas que regem o trabalho, ou seja, trabalhar ir além do prescrito, é lidar com esse real que comparece no exercício do trabalho (DEJOURS, 2004).

Lidar com esse real mobiliza uma experiência afetiva de sofrimento, em que haverá engajamento da subjetividade do trabalhador no trabalho, visando a transformação desse sofrimento, por meio da busca de vias de resolução. Desse modo, a esfera de prazer é possível no trabalho por meio de um fazer específico do trabalhador em que ele possa criar, inovar e engajar-se subjetivamente. Para isso, é imprescindível uma organização de trabalho que possibilite condições para o desenvolvimento da mobilização subjetiva (DEJOURS, 2004).

Dito isso, essa pesquisa busca, por meio do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, analisar as possibilidades de mobilização subjetiva - considerada em cada uma de suas dimensões: inteligência prática, cooperação, espaço público de discussão e reconhecimento - na atuação de estagiárias de Psicologia que realizaram a escuta do sofrimento no trabalho de profissionais da saúde. Definem-se como objetivos específicos: verificar se e como a prática do estágio possibilitou a utilização da inteligência prática por parte das clínicas-estagiárias; analisar o espaço da supervisão como possibilidade de um espaço público de discussão; examinar a existência de situações de reconhecimento no trabalho das clínicas-estagiárias; averiguar a dimensão da cooperação no trabalho no grupo de clínicas-estagiárias; articular as dimensões da mobilização subjetiva ao processo de formação em Psicologia.

É importante frisar que, ainda que essas estagiárias não tenham vínculo profissional na atuação em questão, o processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho que realizaram é considerado um trabalho. Segundo Dejours (2012), o trabalho não se refere somente a uma relação salarial ou empregatícia, mas ao engajamento da subjetividade do trabalhador para enfrentar uma atividade que lhe impõe enfrentamentos com o real. Considerar a dimensão subjetiva do estagiário de psicologia é de grande importância, pois o saber-fazer do futuro psicólogo ultrapassa o saber técnico e o preparo cognitivo, ou seja, a escuta clínica mobiliza-o subjetivamente.

Caires e Almeida (2000) denotam que assim como os anos iniciais no curso de Psicologia demandam dos estudantes processos de adaptação social, emocional e acadêmica, os anos finais trazem dificuldades parecidas com as ansiedades iniciais, pois, com a realização dos estágios, eles encontram o desafio de assumirem uma multiplicidade de tarefas e atividades, com diferentes interlocutores e em cenários diversificados, em que precisam assumir simultaneamente o papel de aluno, profissional e adulto. Nesse processo, o estagiário atravessa também momentos de insegurança, questionamentos, desilusões, o que faz com que, muitas vezes, se questione sobre sua capacidade profissional. É nesse contexto que a maioria dos futuros psicólogos entram em atuação nos Serviços-Escola de Psicologia, que englobam aprendizagem prática, de um lado, e o atendimento psicológico à comunidade, de outro.

Segundo Santos e Nóbrega (2017), o estágio em psicologia é permeado por momentos de “dores e delícias”, e deve ser considerado para além da aplicação teórica, de modo a possibilitar uma formação profissional crítica e reflexiva. Apesar do estágio ser um dos momentos mais esperado pelos discentes, os estagiários apontam algumas dificuldades que impedem o exercício pleno das atividades propostas, como a falta de conhecimento com relação à prática profissional, dificuldades na resolução de problemas, intercorrências na relação com o supervisor ou até falta de entrosamento com a equipe. Mendes, Gressler e Freitas (2012) denotam que se trata de um momento angustiante pelas formações de idealizações quanto à atuação profissional, de um projeto de terapeuta ideal.

Nesse sentido, segundo Scorsolini-Comin *et al.* (2008, p.123), o processo de supervisão constitui “como espaço de reflexão e desenvolvimento técnico e também como espaço contido às angústias dos estagiários, em um processo constante de (re)construção de sua identidade profissional”. Isso possibilita aos estudantes-estagiários uma formação prática menos estereotipada, na construção de um olhar crítico, questionador e criador diante as realidades sociais. O estágio aborda uma atividade prática de exercício profissional, constituído por condições estabelecidas, na manipulação de métodos e técnicas psicológicas privativas do profissional psicólogo. Assim, o trabalho de estágio exercido pelo estagiário não pode ser concebido sem supervisão profissional, além de seguir certas condições com referência à instituição que possibilita essa prática de estágio (COSTA JR.; HOLANDA, 1996).

A atuação prática de psicólogos em formação contempla a execução de papéis e funções da profissão, e inevitavelmente eles lidam com processos de sofrimento quanto ao real do seu trabalho.

Assim, sua prática requer condições para a mobilização subjetiva para permitir o fazer clínico em uma perspectiva do trabalho como prazer (MENDES; ARAÚJO, 2012). Esse fazer clínico é o trabalho das estagiárias que será estudado no presente desenho de pesquisa. Para a realização da clínica, as estagiárias sujeitos dessa pesquisa tomaram como base os eixos do método de escuta clínica do sofrimento no trabalho estabelecidos por Mendes (2014), quais sejam: os dispositivos para a escuta analítica (compreendendo a análise da demanda, a transferência e a interpretação); a formação do clínico (que envolve a qualificação teórica, a prática da escuta e o próprio processo de análise) e a supervisão clínica. Devidamente trabalhados esses três eixos, a clínica psicodinâmica do trabalho pode contribuir com a produção de mudanças na posição subjetiva e política dos trabalhadores (MENDES, 2014).

Dentre os eixos do método, para fins desse artigo, será dado enfoque à formação do clínico, mais especificamente, à forma como ele foi mobilizado pela escuta que estava realizando e pela supervisão clínica. A formação do clínico – que envolve a qualificação teórica, a prática da escuta e o próprio processo de análise - apresenta-se como parte indissociável da condução clínica, já que sua subjetividade é uma das dimensões do método (MENDES, 2014). Nesse sentido, a formação do clínico ultrapassa questões técnicas e éticas, pois inclui a dimensão do afeto: “é preciso ser capaz de se afetar pela fala do outro, colocar-se à disposição do outro, deixar-se surpreender, duvidar, angustiar-se com o inesperado, suportar o incontrolável” (MENDES; ARAÚJO, 2012, p. 51).

A condução da clínica, por meio da prática, implica um sofrimento frente ao real do trabalho e requer condições para a mobilização subjetiva, que possibilitará a transformação do sofrimento em prazer, por meio de uma operação simbólica que busca resgatar o sentido do trabalho. A mobilização subjetiva, enquanto categoria central da PdT, compreende quatro grandes dimensões que se interligam: inteligência prática, espaço público de discussão, cooperação e reconhecimento (MENDES; DUARTE, 2013).

O trabalho sempre implica em um confronto com o real, o que pode gerar um sofrimento patogênico caso esse confronto se torne intransponível e as possibilidades de negociação ou de mudanças sejam impedidas. Por outro lado, quando diante das discrepâncias entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o trabalhador tem possibilidades de transcender os limites impostos e mobilizar sua inteligência prática para dar uma resposta satisfatória, pode-se vivenciar prazer no trabalho (DEJOURS, 2011). Essa inteligência diz respeito ao que o trabalhador lança mão para resistir ao prescrito do trabalho, que é composto por regras e normas desconectadas das reais necessidades e desejos do trabalhador, que consequentemente contribui para a experiência de sofrimentos patogênicos. Assim, o exercício da inteligência prática diz de uma particularidade própria do trabalhador, mobilizada por meio do seu modo de sentir, da imaginação e do corpo (MENDES; DUARTE, 2013).

Outra forma de se obter prazer no trabalho por meio da mobilização subjetiva é a vivência de cooperação, que se refere a uma ação coletiva na produção de ideias e serviços que exige

relações de confiança e de solidariedade não prescritas. A cooperação implica em uma forma de reajustamento consensual do trabalho prescrito a partir da criação e de deliberações de regras práticas em grupo (DEJOURS, 2013), de modo que cada trabalhador possa dar sua contribuição e mobilizar sua inteligência prática em um trabalho coletivo. Para isso, ela precisa partir da vontade das pessoas trabalharem juntas e superarem coletivamente as contradições do trabalho real (GHIZONI, 2013).

A construção dessas regras de convivência e desse fazer coletivo necessita de um espaço público de discussão, construído e legitimado pelo coletivo de trabalho. Esse espaço seria um lugar de fala dos trabalhadores, em que é possível integrar-se e expressar suas vivências, conflitos, sentimentos, sofrimento e também onde podem surgir soluções e mudanças para a organização do trabalho e para os impasses do real do trabalho (MENDES, 2007).

As dimensões da mobilização subjetiva se interligam. Assim, o espaço de fala, inteligência prática e cooperação possibilitam a quarta instância, a do reconhecimento, afinal, é preciso haver um coletivo de trabalho que valide o esforço e participação de cada membro no coletivo, que busca transformação por meio do trabalho. Segundo Mendes (2007) o reconhecimento pressupõe o fortalecimento da identidade psicológica e reafirma as ações em conjunto que possuem mais poder de transformação. Essas instâncias da mobilização subjetiva realizam um movimento contrário ao da sociedade atual, que legitima e reforça valores relacionados ao individualismo e à mecanização das relações sociais e de trabalho.

## **2. MÉTODO**

Essa pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou-se do referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Tomando como base a taxionomia trazida por Vergara (2004), trata-se de uma pesquisa exploratória, por até o presente momento não haver estudos que abordem a possibilidade de mobilização subjetiva no trabalho de estagiários de psicologia, perspectiva que a presente pesquisa abordou. Quanto aos meios, a pesquisa se configura como um estudo de caso, pois a investigação é limitada a um grupo específico, possibilitando condições de aprofundamento e detalhamento na perspectiva teórica utilizada.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com estagiárias que realizaram três processos distintos de Clínica do Trabalho, atuando na escuta de grupos de profissionais da área da saúde no ano de 2018. Essa escuta refere-se a uma nova modalidade de atendimento que passou a ser oferecida pelo Serviço-Escola da instituição de origem no segundo semestre de 2017. A amostra foi definida por critério de acessibilidade (VERGARA, 2004), sendo que os sujeitos eram estagiárias do curso de Psicologia da UFG que realizaram Estágio em Psicologia e Processos Psicossociais na modalidade da Clínica do Trabalho.

Por questões de limitações próprias da pesquisa, obtivemos poucos sujeitos, tendo em vista que as entrevistas se deram no primeiro semestre de 2018, quando o projeto ainda estava

em sua etapa inicial. Dentro do universo de possíveis sujeitos de pesquisa, convidados via e-mail para adesão voluntária, cinco estagiárias responderam à solicitação, compondo então os sujeitos de pesquisa entrevistados. Para fins dessa pesquisa, elas serão designadas de estagiárias-clínicas e suas identidades serão preservadas. As entrevistas foram gravadas com consentimento dos sujeitos e assinatura do Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, posteriormente transcritas, para fins de análise.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, concebida por Bardin (2011) como um conjunto sistemático de técnicas de análise das comunicações, que se utiliza de procedimentos detalhados e objetivos para a descrição dos conteúdos emitidos nas mensagens. Após a leitura flutuante, o material de pesquisa (composto pela transcrição das entrevistas) foi codificado, tendo sido identificados os códigos emergentes ao longo do texto. Esse procedimento foi realizado pela equipe de pesquisa de modo que a codificação pudesse ser refinada e endossada por ambas as pesquisadoras. Após a codificação, os códigos emergentes foram subgrupados em temas afins, emergindo três categorias que serão descritas a seguir.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados serão apresentados conforme as três categorias emergentes. A primeira categoria, “Processo de escolha de estágio”, descreve como se deu essa escolha, cujas repercussões foram tratadas nas categorias seguintes. A segunda categoria foi denominada “Sofrimento no Trabalho”, e abarca os principais aspectos geradores de sofrimento na atuação das estagiárias-clínicas. A categoria denominada “Mobilização Subjetiva”, analisa os aspectos geradores de prazer no trabalho das estagiárias-clínicas, os suportes para realização desse trabalho e os impactos dessa vivência no processo de formação em Psicologia.

#### **3.1 Processo de escolha de estágio**

Três entrevistadas relataram como principais motivos para a escolha do estágio, a afinidade com a supervisora/orientadora e a oportunidade de trabalhar com grupos, considerada uma nova experiência: “eu vi uma oportunidade de exercer esse meu desejo [trabalhar com atendimento de grupo]. Era um interesse grande que eu tinha.” (E 03); “Eu tinha uma certa ligação, gostava muito da orientadora, do trabalho que ela desenvolvia, e eu fui por experiência, porque eu nunca tinha tido experiência com a clínica, e aí eu optei.” (E 05). Nesses casos, houve liberdade e autonomia na escolha feita, o que poderia ser, inicialmente, um fator impulsionador de vivências de prazer no exercício do trabalho como estagiárias-clínicas, pois a escolha, quando intimamente relacionada ao desejo e ao exercício da autonomia pode possibilitar a experimentação da alteridade e do prazer no trabalho. Exercer autonomia implica fugir à rigidez geradora

de sofrimento e limitante da autonomia, no processo de escolha individual (MORAES; VASCONCELOS; CUNHA, 2012).

Duas entrevistadas demonstraram confusão entre as áreas da Psicologia do Trabalho e da Psicologia Organizacional no momento da escolha do estágio, o comprometeu o exercício da autonomia nessa escolha: “ Eu sempre tive interesse pela parte de trabalho em si, pela questão organizacional (E 04); “Eu achei que a gente ia trabalhar numa empresa. Mas aí quando isso não deu certo, pra mim tanto faz porque eu sempre fui interessada na clínica, então foi uma experiência bacana” (E 01).

Por serem áreas consideradas afins, muitas vezes sob a denominação de Psicologia Organizacional e do Trabalho, que junta as duas vertentes, muitas pessoas confundem a divisão entre elas e suas respectivas funções. Apesar de o trabalho ser o elemento principal de ambas áreas, ele é concebido e abordado por meio de contextos diferentes e de modo diferenciado. Bastos (2007) ressalta que enquanto a Psicologia Organizacional enfoca questões voltadas para gestão de pessoas, por meio de processos comuns às organizações, como recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento, a Psicologia do Trabalho volta-se para as questões ligadas à saúde do trabalhador, procurando compreender de maneira mais próxima o sujeito trabalhador, o sentido do trabalho para esse sujeitos, a relação do sujeito com o trabalho e suas repercussões para a saúde mental do trabalhador. É nesse contexto que se insere a Clínica do Trabalho, que, segundo Araújo (2013):

significa um espaço em que o objeto de investigação é a relação do indivíduo com a atividade laboral, em seus aspectos mais amplos, complexos e subjetivos [...] identificando fatores que geram sofrimento físico e psíquico e resultam no adoecimento dos indivíduos e na perda de produtividade laboral – com impactos na organização do trabalho e no ser humano (ARAÚJO, 2013, p. 91).

Um das duas estagiárias que confundiu as áreas na escolha, ressaltou que não houve motivação ou autonomia na escolha, tomando a ação de escolha como fator obrigatório: “Eu acho que tinha mais a ver com obrigação [...] Eu tinha que estar lá” (E 04). Em relação aos impasses referentes à escolha de E04 no referido estágio, é possível relacionar as dificuldades de vivência de prazer no trabalho de escuta vivenciado por essa estagiária à falta de ressonância simbólica. Essa ressonância simbólica seria potencializada quando o trabalho resulta de uma escolha do sujeito. Nesse caso, haveria possibilidade de satisfação dos desejos inconscientes, podendo proporcionar maior engajamento para a criação e a transformação do sujeito (FERREIRA, 2011). Dejours (1996) afirma que, para que a curiosidade fundamental do sujeito seja acessada no encontro com o real do trabalho, é preciso que essa tarefa tenha sentido para o sujeito, considerando sua história singular. O autor aponta como uma das condições necessárias para o estabelecimento da ressonância simbólica a possibilidade de escolha do trabalho, ainda que somente isso não fosse garantia de ressonância simbólica. Não havendo essa possibilidade

de escolha, E04 não conseguiu encontrar sentido no trabalho realizado, tendo-o vivenciado de forma mais penosa do que prazerosa.

Portanto, ressalta-se a escolha do estágio como um processo e não apenas como um acontecimento desconectado da formação do futuro profissional. Esse processo precisa ser cuidadosamente manejado pelo corpo docente e pela instituição de ensino, já que ele tem consequências na vida acadêmica do estudante, podendo, inclusive, repercutir na qualidade do atendimento oferecido à comunidade.

### **3.2 Sofrimento no trabalho**

Quanto à categoria “Sofrimento no trabalho”, verificou-se que a maioria das estagiárias-clínicas experienciaram como vivência de sofrimento no exercício de seu trabalho de escuta, a descontinuidade do grupo que participava da clínica e o sentimento de impotência frente às questões trazidas pelo coletivo de trabalhadores. Escutar os problemas trazidos sobre a organização do trabalho e as relações interpessoais com as respectivas hierarquias sem poder solucioná-los, suscitava essa vivência de impotência: “Eu me senti assim sem poder pra fazer alguma coisa efetiva, isso foi que me deixou muito triste” (E 01); “Era difícil aqueles momentos que você ficava impotente, elas traziam alguma situação na prática, uma situação revoltante até, e você sabia que não podia fazer nada” (E 02).

Entendendo que o estágio é uma experiência nova e de grande exigência, por vezes, as estagiárias-clínicas vivenciavam confusão em relação ao seu papel, algumas vezes querendo dar uma solução ao sofrimento que lhes era endereçado. Mendes, Gresler e Freitas (2012) apontam que o estudante, pela inexperiência quanto à sua prática profissional, pode se prender a alguns conceitos do terapeuta ideal reforçados no senso comum, conceitos esses relacionados a uma certa onipotência de ter o poder de curar o outro. Na impossibilidade de fazê-lo, o sofrimento ainda era potencializado no caso das estagiárias-clínicas, em função da descontinuidade do coletivo de trabalhadoras, quando ocorria um esvaziamento do grupo em algumas sessões. Três das cinco entrevistadas evidenciaram dificuldade vivenciada pela falta de permanência dos sujeitos no coletivo de trabalhadores, o que trazia repercussões quanto aos aspectos processuais do grupo. Ou seja, o que começava a ser trabalhado com o grupo em uma semana, muitas vezes não podia ser continuado na semana seguinte em função da ausência de muitos participantes.

Pelos sentimentos de ansiedade, insegurança e medo de errar e de ser mal avaliado, comuns entre estagiários que estão iniciando sua prática na psicologia (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007), é compreensível que as entrevistas possam ter tomado para si a responsabilidade pelas questões não lineares que ocorrem qualquer processo terapêutico grupal. Assumir uma posição de alteridade frente às normativas que são impostas ao psicoterapêutica requer tempo e experiência e, no caso do estágio, é um processo trabalhado em supervisão.

### 3.3 Mobilização subjetiva

Em relação à categoria de “Mobilização Subjetiva”, quatro das cinco entrevistadas relataram vivências positivas no estágio. Diante das dificuldades no trabalho de escuta como estagiárias-clínicas, obter suporte foi determinante para manter segurança em suas atuações. Quanto a esses suportes, destacaram: o coletivo de clínicos-estagiários - já que no grupo havia reconhecimento entre os pares e relações afinidade -, os textos teóricos trabalhados no coletivo de supervisão, além do destaque para suporte da supervisão.

Bom, como foi um trabalho em grupo eu tinha bastante ajuda das minhas colegas [...] e com a supervisão, aí eu achei que foi mais fácil tanto pela orientação, quanto pelo fato de eu fazer com as pessoas com quem eu tinha mais afinidade. E também os textos que ela escolheu foram muito elucidativos (E 01).

A supervisão pra mim foi essencial [...] as supervisões iam me dando suporte e fui me sentindo cada vez mais segura por conta da supervisão. [...] e o suporte das colegas também. (E 02).

De fato a supervisão era o que mais trazia segurança pra gente (E 03).

A construção da identidade do psicólogo é um processo que ultrapassa as exigências teóricas e técnicas necessárias para o desempenho de seu papel, pois irá perpassar pela complexidade de sua subjetividade. É nesse sentido que a supervisão costuma atuar como grande facilitador, já que o supervisor deve procurar facilitar o aprendizado, garantir que haja um atendimento adequado ao paciente e esclarecer sobre o papel do estagiário (PAPARELLI; NOGUEIRA-MARTINS, 2007). Para isso, a supervisão precisa se constituir como um espaço de troca, em que seja possível estabelecer uma relação de confiança, de proximidade e de acolhimento entre o supervisor e os alunos e entre os próprios colegas de estágio.

No caso da clínica do trabalho, Mendes (2014) destaca a importância da supervisão para que o clínico possa se preparar técnica e afetivamente para o exercício da escuta, já que esse trabalho envolve a mobilização da sua subjetividade. Nesse momento, os aspectos explícitos e implícitos da condução clínica vêm à tona. As estagiárias-clínicas, na maior parte das vezes, obtiveram suportes para enfrentar as situações que provocavam sofrimento, como a descontinuidade da clínica pelas constantes ausências dos participantes e impotência sentida diante das demandas do grupo de trabalhadores.

Apenas a clínica-estagiária que não demonstrou desejo na escolha desse estágio relatou não ter sentido que houve suporte ao longo de sua atuação no estágio. O fato de já haver uma desmobilização inicial para esse trabalho pode ter contribuído para que ela não se engajasse no processo de formação clínica e, portanto, ter se sentido sem suporte para sua atuação. É como se precisasse de algum fator externo que lhe trouxesse motivos para estar ali e, então, que lhe pudesse servir de suporte. Considerando a subjetividade do clínico como parte integrante do

método de escuta proposto pela clínica do trabalho, pode-se vislumbrar as consequências dessa desmobilização para a própria estagiária-clínica. Nesse sentido, as possibilidades de vivências de prazer nesse trabalho de escuta foram reduzidos, predominando as vivências de sofrimento. “eu sofri com esse estágio, mas eu também fui feliz nele [...] eu acho que aprendi muito, mas acho que poderia ter sido melhor [a experiência do estágio]” (E 04).

Dentre as condições para se vivenciar prazer no trabalho, de acordo com Mendes (2007) é preciso que a organização do trabalho possibilite o desenvolvimento de pelo menos três ações: mobilização da inteligência prática, espaço público da fala e cooperação.

O uso da inteligência vem do esforço do trabalhador para resistir ao trabalho prescrito de modo e fazer frente ao real. É uma inteligência enraizada no corpo, pois é intuitiva, astuciosa, inventiva, desenvolvida a partir da intimidade do trabalhador com a tarefa (VASCONCELOS, 2013). Nas falas das entrevistadas, houve poucas menções em relação à mobilização da inteligência prática. Uma primeira leitura que se pode fazer sobre esse fato diz respeito à dificuldade de expressar em palavras o real do trabalho e o uso da inteligência prática, pois trata-se de uma experiência vivenciada no corpo. Mendes (2007) afirma sobre o caráter muitas vezes inominável dessa inteligência e da consequente dificuldade para ser ensinada e/ou reproduzida. Em algumas atividades, como o trabalho de escuta, a nomeação assume um caráter ainda mais impalpável.

Além disso, a insegurança e a inexperiência foram muito marcantes na vivência das estagiárias-clínicas. Por ser a primeira experiência de estágio e o primeiro contato com a teoria e o método da clínica psicodinâmica do trabalho, não dispunham de uma intimidade com a escuta clínica do sofrimento no trabalho, o que as solicitava a desenvolver a inteligência prática diante do real do trabalho clínico que lhes era apresentado sem muitas prescrições. Assim, muitas vezes, elas evitavam se arriscar em relação aos dispositivos que poderiam ser colocados em ação. Essas experiências por elas relatadas nos permitem inferir que, apesar de não existir uma intimidade com a tarefa, o saber fazer foi sendo construído e aprimorado ao longo do processo da clínica do trabalho, pois a formação da inteligência prática advém de uma relação prolongada com a tarefa (DEJOURS, 2004), como pode ser observado pela fala de uma estagiária: “No começo eu sentia que eu estava um pouco mais rígida, ponderando o que dava pra falar, o que dava pra fazer. Mas à medida que eu fui ficando mais confortável, mais segura com as supervisões também, parece que foi ficando um pouco mais natural, e o negócio foi fluindo melhor (E 02).

Um fator importante para o desenvolvimento dessa inteligência é a constituição de um espaço público de discussão. Por ser uma inteligência por vezes inominável e difícil de ser ensinada, ela precisa do espaço de discussão coletivo para ser minimamente acessada, compartilhada e até mesmo reconhecida pelos pares (MENDES, 2007). Nesse espaço, posições diferentes e até contraditórias, podem ser livremente formuladas e declaradas, pois há abertura para expressão coletiva do sofrimento. Para isso, é preciso que esse espaço seja consolidado por meio de relações de confiança, possibilitando que os trabalhadores tornem visíveis suas

formas de realizar o trabalho e suas transgressões, e que o grupo possa ter alguma noção sobre as regularidades em sua conduta.

Esse espaço público de discussão foi relacionado pelas estagiárias-clínicas como o espaço de supervisão, entendido como um importante suporte para a realização da clínica do trabalho e para a mobilização subjetiva do próprio coletivo de estagiários-clínicos. O trabalho clínico realizado em grupos de três estagiárias, foi um dos propulsores para a construção do espaço coletivo de discussão, e nas supervisões podiam compartilhar suas vivências. As falas seguintes apontam esse processo de construção do espaço público de discussão e a construção das regras de trabalho em grupo.

A gente conseguia trabalhar em grupo muito bem. [...] A gente estava tendo dificuldades parecidas, nas supervisões os outros estagiários compartilhavam como estava sendo o grupo deles (E 03).

A gente fez uma separação no nosso grupo, eu ia ficar responsável pelo registro das sessões, e minhas amigas seriam as condutoras. Não é que eu não me senti livre pra fazer intervenção, mas é que eu preferi ficar só por conta do registro (E 01).

Achava que não ia dar conta como pessoa, só que tanto nas orientações quanto o grupo foi muito acolhedor, eu fui me sentindo muito capaz de fazer isso, e me senti muito útil lá dentro, fazendo as coisas (E 05).

Esse espaço público de discussão também possibilitou situações de reconhecimento, entendido pela PdT como uma retribuição moral e simbólica advinda da contribuição dada pelo sujeito à organização do trabalho por meio do engajamento de sua subjetividade e da inteligência no trabalho (LIMA, 2013). Essa retribuição pode ser manifestada por meio de dois tipos de julgamentos: o de utilidade e o de beleza. O primeiro refere-se à utilidade técnica, social ou econômica do trabalho realizado pelo sujeito e é um julgamento proferido pela hierarquia, pelas chefias, subordinados ou até por clientes. O julgamento de beleza refere-se à qualidade do trabalho, que expressa tanto a conformidade com as regras quanto a sua originalidade, e é proferido por colegas de profissão (os pares), que é quem conhece mais detalhadamente o referido trabalho. Na fala das entrevistas, quatro das cinco estagiárias-clínicas vivenciaram o reconhecimento na atuação clínica, sendo esse trabalho clínico reconhecido pela supervisora e pelo coletivo de trabalhadores.

Eu recebi muitos elogios, [...] nesse sentido sim eu fui bem reconhecida, gostei muito do meu trabalho. [...] Também tem o fato de que fui muito elogiada pelas participantes, pela supervisora, pelas minhas colegas, então no sentido geral foi muito gratificante, foi muito bom (E 01).

A gente falava assim no final da sessão: ‘gostei de tal coisa que você fez’, ‘hoje você conduziu bem’. Era uma coisa mais natural, não era aquela coisa ‘agora vou elogiar minha colega’, mas acontecia e era bacana também (E 02).

Eu sentia que a professora estava achando interessante o desenvolvimento do nosso grupo, e ela elogiava bastante a nossa conduta. [...] As colegas também elogiavam com frequência e tinha um ambiente bem positivo (E 03).

[...] me trazia muito prazer e acho que o reconhecimento também da orientadora quando falava que as coisas davam certo do grupo (E 05).

Apenas uma das cinco estagiárias-clínica relatou que não haver situações reconhecimento durante a realização da clínica do trabalho realizada, o que lhe trazia um certo sofrimento: “Por parte da professora orientadora eu não sentia isso não. [...] falta de reconhecimento, isso me deixa mal” (E 04). Mas de modo geral, houve vivência gratificante de reconhecimento entre as estagiárias-clínicas, pelos julgamentos positivos proferidos pela supervisora, pelo coletivo de clínicos e pelos trabalhadores atendidos. Vários estudos já evidenciaram a importância do reconhecimento para a vivência de prazer no trabalho, possibilitando a ressignificação do sofrimento e o engrandecimento subjetivo do trabalhador (MONTEIRO; VIEIRA; MENDES, 2015).

Quanto à categoria da cooperação, todas entrevistadas relataram situações de cooperação entre o coletivo de clínicos com os quais atuavam na escuta de sofrimento no trabalho. Segundo Ghizoni (2013, p.100) a cooperação “[...] é a liberdade de cada sujeito para a formação de uma vontade coletiva, a partir do que não é imposto”. Portanto, como modo de mobilização subjetiva, a cooperação articula-se a partir de uma ação coletiva na formação de ideias ou serviços que exige relações de confiança não prescritas. O discurso das estagiárias entrevistadas demonstrou que havia cooperação entre os trios de clínicas-estagiárias que realizavam a escuta. Essa cooperação era demonstrada pela disponibilidade e vontade de se ajudarem para o bom andamento do processo clínico, o que facilitava com que tivessem fluidez nos papéis que assumiam em cada encontro (divisão de tarefas definida no próprio coletivo). Um fator facilitar para que fosse construída essa relação de confiança e de ajuda mútua foi a afinidade que sentiam entre elas, já que a forma de constituição dos trios foi de livre escolha entre as estagiárias. Havia demonstração dessa relação de confiança e de afinidade pela forma como chegavam a se entender pelos olhares ao longo das sessões clínicas e também por se sentirem à vontade para compartilharem angústias entre si.

A gente sempre dividia os trabalhos, quando uma não conseguia fazer alguma coisa a outra ajudava, ‘pulava’ pra ajudar (E 01).

A gente ia se ajustando conforme as necessidades de cada uma também, tipo ‘eu vi que hoje você não está tão bem, então deixa que eu coordeno, você fica mais quietinha ali’, e ‘eu vi que você não conseguiu fazer tal coisa, hoje eu faço’, isso ajuda bastante” (E 02).

O nosso grupo era muito acolhedor [...] a gente era muito empática uma com a outra, nossas conversas. [...] Eu chorava com o grupo, conversava com o grupo (E 05).

A gente sempre se ajudava, conversava por olhares, a gente sempre falava sobre, então não era algo que a gente só se encontrava lá e ‘fazemos alguma coisa aqui, e acabou, vai todo mundo pra sua casa’; a gente se encontra de novo no dia, sabe? [...]então eu acho que sim, a gente sabia das angústias de cada uma, e tudo que cada uma estava sentindo (E 04).

Nessas vivências coletivas, é possível identificar os elementos constitutivos da cooperação na perspectiva da PdT. A divisão e ajuda entre as estagiárias-clínicas demonstra o sentido da cooperação, como fruto da convergência das contribuições dos trabalhadores para construir um produto, serviço ou ideia em comum, articulando as habilidades específicas de cada trabalhador para a realização de um bom trabalho. Além disso, ela necessita de confiança e de discussões para criação de acordos e regras de trabalho e deliberações (MENDES; DUARTE, 2013), o que acontecia naturalmente segundo relato das entrevistadas. Portanto, foi possível perceber que conseguiram trabalhar juntas para superarem coletivamente as dificuldades do trabalho real (GHIZONI, 2013).

Em suma, foi possível perceber mobilização subjetiva no trabalho das estagiárias-clínicas em função das vivências do uso da inteligência prática, da cooperação, do reconhecimento e do espaço público de discussão nos casos em que esses elementos estiveram atrelados à liberdade de ação desde a escolha do estágio. Quando não houve essa liberdade, a relação com a supervisora e com todo o processo que envolvia o fazer clínico comprometeu a vivência do espaço público de discussão e do reconhecimento como possibilidades de vivenciar prazer no trabalho.

Barbosa (2007), ao pensar na estrutura curricular de cursos de Psicologia, aponta problemas relacionados ao estágio que são recorrentemente apontados na literatura, dentre os quais estão a insuficiência do número de vagas para atender aos estudantes e as incompatibilidades entre o interesse do aluno e a oferta da instituição, além do privilégio a determinadas áreas em detrimento de outras, o que pode levar a desmotivação dos estudantes. Santos e Nóbrega (2017) ainda apontam dificuldades vivenciadas por estagiários de Psicologia ligadas tanto à sua inserção no campo de estágio, como também à falta de entrosamento com a equipe de trabalho e à dificuldade com o supervisor.

Por outro lado, há as limitações da própria instituição de ensino e do seu corpo docente, que não conseguem atender às especificidades de cada um de seus alunos. De qualquer modo, sendo o estágio um espaço essencial e necessário na formação dos estudantes, pela significância das aprendizagens adquiridas, há que se cuidar para que esse espaço de formação proporcione prazer na realização do trabalho proposto. Assim, os momentos difíceis e de sofrimento, inerentes ao real de qualquer trabalho, podem ser vivenciados como possibilidade de engrandecimento, não apenas cognitivo, mas principalmente subjetivo.

De um modo geral, pela mobilização subjetiva presente no trabalho das estagiárias, o sofrimento advindo tanto de sua inexperiência e insegurança, quanto da descontinuidade dos grupos, pôde ser transformado em prazer por meio da vivência do real no estágio. Assim, ressalta-se a vivência de prazer inerente aos avanços percebidos no coletivo de trabalhadores, ao desenvolvimento das próprias estagiárias-clínicas e ao sentimento de utilidade e de segurança proporcionada pela supervisão:

Tinha o prazer porque pelo menos a gente estava conseguindo dar um lugar para elas poderem se expressar, que era uma coisa que elas não tinham no trabalho delas. [...] eu percebi o crescimento das próprias participantes, e o crescimento de nós como grupo, o grupo de estagiárias (E 01).

Era tipo uma sensação: ‘caraca estou ajudando essas pessoas, eu estou fazendo alguma coisa, está tendo algum efeito’ (E 02).

O atendimento em grupo me trouxe muito prazer [...] a supervisão com a professora também me trouxe muito prazer, muita felicidade, que eu achei muito interessante a conduta dela (E 03).

Por ser uma área que eu nunca tinha tido contato e eu ver que estava fluindo, isso me trazia muito prazer, e acho que o reconhecimento também da orientadora quando falava que as coisas davam certo do grupo, reconhecimento e também das meninas que participavam do trabalho, da clínica mesmo (E 05).

Foi possível observar o envolvimento subjetivo das estagiárias-clínicas com o processo clínico dos grupos atendidos, tendo se sensibilizado com o sofrimento desses trabalhadores e se articulado para que pudessem encontrar formas de ajudá-los, a despeito da inexperiência e da insegurança sentida nessa primeira experiência prática de escuta clínica. Além disso, o oferecimento dessa escuta no Serviço-Escola da instituição pôde favorecer uma experiência na Psicologia para além da clínica tradicional, indo na direção do que Boeckel *et al.* (2010) defendem no sentido de permitir o contato com a diversidade do campo da Psicologia e da própria condição humana, possibilitando que se transite por diversos saberes e fazeres. Os autores ressaltam que os Serviços-Escola de Psicologia necessitam atender às proposições para a formação do psicólogo de maneira congruente às demandas locais. Essa atuação já precisa ser um exercício para a prática da psicologia como profissão, que requer profissionais que não tenham uma postura simplesmente tecnicista, mas que busquem articular teoria e prática em suas dimensões mais amplas e sociais. Escutar o sofrimento no trabalho foi uma oportunidade de vivenciar a relação entre o individual e o social, o que possibilita a vivência do estágio para além do modelo tecnicista, levando os discentes a se conscientizar da realidade e trabalhar de forma contextualizada e comprometida (SANTOS; NÓBREGA, 2017).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da realização dos estágios na formação de futuros psicólogos, o presente trabalho teve como objetivo analisar as possibilidades de mobilização subjetiva de clínicas-estagiárias que atuaram na escuta clínica do sofrimento de trabalhadores da rede pública do sistema de saúde. Os resultados mostraram que o trabalho de escuta das estagiárias-clínicas possibilitou o uso de inteligência prática, o espaço público de fala, o reconhecimento e a cooperação, o que contribuiu para que houvesse mobilização subjetiva e, conseqüentemente, prazer no trabalho.

A realização do estágio pode ser concebida como um processo que se inicia na escolha da área do estágio a ser realizado e do professor supervisor. Dadas as limitações da estrutura curricular e de pessoal, muitas vezes esse processo acaba sendo limitado em termos de escolha e passa a ser vivenciado como obrigação, trazendo repercussões para o próprio fazer dos estagiários nessa condição.

Por outro lado, quando há uma conjunção de fatores favoráveis a um processo de escolha genuíno, a possibilidade de ressonância simbólica vivenciada no trabalho do estágio pode potencializar a mobilização subjetiva, podendo ser experimentado o prazer no trabalho. Para isso, ainda é preciso que o espaço de supervisão favoreça a construção de um espaço público de discussão e de reconhecimento entre os colegas de estágio e do supervisor para com os discentes. A afinidade entre o grupo e a construção de relações de confiança e de solidariedade tornam possível o processo de cooperação, imprescindível para a vivência do estágio como uma experiência prazerosa. Ademais, ao mesmo tempo em que o supervisor precisa atuar como um suporte para os estudantes estagiários, é necessário que haja autonomia para que possa ser desenvolvida e acessada a inteligência prática dos estagiários. Em consonância com esses aspectos, a experiência relatada pelas estagiárias-clínicas entrevistadas, de uma forma geral, foi favorável à mobilização subjetiva.

Além disso, pôde-se observar a importância de uma experiência de estágio que conjugou as dimensões individual e social, a partir da escuta do sofrimento no trabalho, permitindo o contato com diferentes saberes e fazeres. O engajamento subjetivo das estagiárias-clínicas e todo esforço empreendido no sentido de ajudar trabalhadores em sofrimento mostraram seu comprometimento com os sujeitos envolvidos no processo, não apenas com as técnicas e métodos aprendidos em sala de aula. As supervisões e o suporte teórico foram uma base importante para sua atuação e para que pudessem se mobilizar subjetivamente para construir esse saber-fazer do qual tanto se orgulhavam.

Como limitações de pesquisa, pode ser mencionado o número reduzido de sujeitos, dada à existência recente do serviço escolhido para ser investigado. Como agenda de pesquisa, sugere-se que outras modalidades de atendimento oferecidos pelos Serviços-Escola de Psicologia possam ser investigados a partir da perspectiva dos próprios estagiários, para que possam ser consolidadas estratégias de ensino por meio dos estágios e dos projetos de extensão e de pesquisa cada vez mais sintonizados com as vivências do futuro profissional.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciane K. R. Clínica do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 89-92.

BARBOSA, Maria Denilva de L. (2007). **Estudo sobre a reestruturação curricular do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília: o processo e seus produtos**. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Brasília, 2007.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. Ed. revista e ampliada, 2011.
- BASTOS, Antônio Virgílio B. O Brasil tem condições de produzir boa ciência sobre o trabalho? *Psicologia Organizacional e do Trabalho*. **Revista Diálogos**, ano 4, nº5, 2007.
- BOECKEL, Mariana G. *et al.* O papel do serviço-escola na consolidação do projeto pedagógico do curso de Psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, v.1, n.1, p. 41-52, 2010.
- CAIRES, S.; ALMEIDA, L. S. A experiência de estágio acadêmico: oportunidades de formação e desenvolvimento do estudante. **Psicologia**, v.14, n.2, p.235-250, 2000.
- COSTA JR, A. L.; HOLANDA, A. F. Estágio em Psicologia: discussão de exigências e critérios para o exercício de supervisor de estágio. **Psicologia: ciência e profissão**, v.6, n.2, p.4-9, 1996.
- DEJOURS, Christophe. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**, vol. 1. São Paulo: Atlas, 1996.
- DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Produção**, v.14, n.3, p. 27-34, 2004.
- DEJOURS, Christophe. (2011). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte (Orgs.). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011, p. 433-448.
- DEJOURS, Christophe. **Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação – tomo II**. Brasília: Paralelo 15. Trad.: Franck Soudant, 2012.
- DEJOURS, Christophe. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. **Revista Portuguesa de Psicanálise**, v.33, n.2, p. 9-28, 2013.
- DEJOURS, Christophe. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- DUARTE, Fernanda S. **Trabalho, adoecimento mental e psicologia no Brasil**. 2018. Projeto de tese de Doutorado - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação e Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília, 2018.
- FACAS, Emílio P.; SILVA, Laiury Maiara; ARAUJO, Maria Aparecida S. Trabalhar. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 461-465.
- FERREIRA, João Batista. **O poder constituinte do trabalho vivo: análise psicodinâmica da criação literária**. 2011. 203f. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília, 2011.

GHIZONI, Lilian Deisy. Cooperação. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 99-102.

HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio moral: gestão por humilhação**. Curitiba: Juruá, 2018.

LIMA, S. C. C. (2013). Reconhecimento no trabalho. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 259-262.

MENDES, Ana Magnólia. Novas formas de organização do Trabalho, Ação dos Trabalhadores e Patologias Sociais. In: MENDES, Ana Magnólia (org.) **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 45-61.

MENDES, Ana Magnólia. Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão**. Curitiba: Juruá, 2008, p. 13-25.

MENDES, Ana Magnólia. Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela D.; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Trabalho & Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba: Juruá, 2014, p. 65-80.

MENDES, Ana Magnólia; ARAÚJO, Luciane K. R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, Ana Magnólia; DUARTE, Fernanda S. (2013). Mobilização subjetiva. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 259-262.

MENDES, J. P. S.; GRESSLER, S. K. A. B.; FREITAS, S. M. P. Ser psicoterapeuta: reflexões existenciais sobre vivências de estagiários-terapeutas iniciantes. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v.18, n.2, p. 136-143, 2012.

MONTEIRO, Janine K.; VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia (Orgs.). **Trabalho e Prazer - teoria, pesquisas e práticas**. Curitiba: Juruá, 2015.

MORAES, Rosângela D.; VASCONCELOS, Ana Cláudia C. L.; CUNHA, Stephane Caroline de P. Prazer no trabalho: o lugar da autonomia. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n.2, p. 217-227, 2012.

PAPARELLI, Rosélia B.; NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira F. Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.27, n.1, p. 64-79, 2007.

SANTOS, A. C.; NÓBREGA, D. O. Dores e Delícias em ser Estagiária: o Estágio na Formação em Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.37, n.2, p. 515-528, 2017.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; VILELA E SOUZA, Laura; SANTOS, Manoel Antônio dos. Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.9, n.2, p. 113-125, 2008.

SEI, Máira Bonafé *et al.* Da avaliação à psicoterapia em um serviço-escola de psicologia: uma interlocução entre práticas. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.12, n.1, p. 96-106, 2019.

VASCONCELOS, Ana Cláudia L. Inteligência prática. In: VIEIRA, Fernando de O.; MENDES, Ana Magnólia Mendes; MERLO, Álvaro Roberto C. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 237-242.

VERGARA, S. C. **Projetos de pesquisa em administração**. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2004.